

ATA RESUMIDA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, no Auditório Tancredo Neves, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, no Distrito Federal, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual – CNCP.

Deliberou-se por modificações na minuta de anteprojeto de lei aprovada na sessão ordinária anterior, para o seu aperfeiçoamento, considerando observações feitas pela Dr^a. Lílian Pinho - Promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, integrante do Painel de Colaboradores – encaminhadas ao plenário pelo Conselheiro Márcio Suguieda.

O Secretário-Executivo do CNCP, Sr. André Barcellos, informou sobre a elaboração do 3º Relatório de Atividades do CNCP, discorrendo sobre os tópicos que compõem a sua estrutura básica. Aduziu o Sr. André que o lançamento do referido documento se daria em solenidade no dia 19 de dezembro de 2006.

O Presidente do CNCP, Sr. Luiz Paulo Barreto, fez um relato sobre as reuniões setoriais promovidas entre os meses de julho e outubro com vistas a uma melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelos seguintes setores: de relógios; de games (softwares); do audiovisual; e ótico. Nesse tocante, o Conselheiro Otávio Brandelli observou que os setores que foram consultados têm algumas queixas que não envolvem a Propriedade Intelectual, como, por exemplo, as relacionadas a normas técnicas, a medidas *antidumping*, a subfaturamento, entre outras, que já foram abordadas por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Combate à Pirataria em 2005. Em face disso, sem desprezar a importância das referidas reuniões setoriais, ressaltou a necessidade de não se perder o foco, de modo a se perseguir a implementação das ações previstas no referido Plano.

Enfatizando as campanhas educativas, o Presidente do Conselho alertou para a necessidade de elaboração de uma estratégia voltada à informação do consumidor, demonstrando que os problemas da falta de emprego, da falta de segurança pública, da falta de investimentos em educação e saúde, por exemplo, são potencializados quando se compra um produto pirata.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CNCP deu por encerrada a sessão.